



Economic Policy Reforms
Going for Growth - 2008 Edition

Summary in Portuguese

Reformas de Política Económica

A Caminho do Crescimento – Edição de 2008

Sumário em Português

O PIB não é equivalente ao bem-estar social. Mas as taxas de produtividade e emprego elevadas contribuem para o bem-estar social – directa e indirectamente, ao fornecerem recursos que podem ser empregues noutras actividades que melhoram o bem-estar. É, por isso, importante que as políticas governamentais não sejam obstáculo para a produtividade e emprego, excepto quando tal possa justificar-se com referência a outros aspectos do bem-estar social.

Na edição de 2007 de *A caminho do Crescimento* eram apresentadas cinco políticas estruturais prioritárias para cada país da OCDE e da União Europeia para solucionar lacunas em termos de produtividade ou emprego. A edição actual revê o progresso na implementação dessas prioridades. Dependendo da inclinação, a conclusão pode ser ou que o copo se encontra meio cheio ou meio vazio. Um ano não é um longo período para um processo de elaboração de políticas estruturais e, nesta linha, os progressos verificados em quase dois terços das políticas prioritárias de 2007 podem ser considerados um feito. No entanto, alguns destes progressos não são muito materiais, e os progressos têm-se verificado muito mais lentos em áreas de políticas controversas como a regulação do mercado de trabalho. De igual forma, a actividade económica flutuante pode ser vista como tendo fornecido um contexto propício para reformar através da redução dos custos de ajuste associados. No entanto, tal como mencionado na edição do ano passado, os bons tempos podem ter igualmente reduzido o sentido de urgência de reformas.

A actual edição contém cinco capítulos especiais, que versam sobre políticas e factores específicos que influenciam o emprego e a produtividade.

No que respeita ao emprego, o maior enfoque em *A caminho do Crescimento* tem sido até agora colocado no número de pessoas activas com menor ênfase no número de horas que trabalham. Um dos capítulos especiais tenta equilibrar a balança estudando os factores que explicam a enorme disparidade e, nalguns casos, tendências divergentes entre os países relativamente às horas de trabalho.

O estudo apresenta um novo, e mais internacionalmente comparável, conjunto de dados sobre as horas de trabalho que confirma o muito discutido facto estilizado que o número de horas de trabalho anual é consideravelmente mais elevado nos Estados Unidos que na Europa. O desfase eleva-se a cerca de 15% e cerca de metade reflecte mais dias de trabalho anuais nos Estados Unidos com o remanescente devido a um maior número de horas por semana. As diferenças na média de horas de trabalho semanais traduz, em larga medida, horas de trabalho realizadas por mulheres e a análise mostra que são muito influenciadas por taxas de imposição marginais. O estudo identifica igualmente outras influências políticas sobre as horas de trabalho, incluindo a regulação do tempo de trabalho. No entanto, ao falarmos de políticas é importante ter em conta quer as horas quer a contagem das dimensões do emprego. De facto, as políticas que conduzem a uma participação mais baixa da população activa, por parte de certos grupos que geralmente trabalha poucas horas, tendem a aumentar a média de horas de trabalho mas não as torna desejáveis.

A acumulação de capital humano é um importante motor do crescimento económico. Dois capítulos especiais apresentam uma análise, realizada conjuntamente com a Direcção de Educação da OCDE, sobre investimento na educação, respectivamente, nos níveis primário, secundário e superior. O último estudo utiliza os resultados PISA para estabelecer uma métrica para a eficiência dos sistemas escolares como um todo, bem como para escolas individuais. O resultado aponta para futuros ganhos substanciais em eficiência de escolas em países individuais que alcançam o melhor desempenho nacional e de sistemas escolares nacionais a alcançarem o melhor desempenho internacional. Em geral, a actividade económica beneficia através de maior produtividade e emprego de grupos de jovens com melhor educação e/ou através de uma parte do benefício e impostos baixos respectivamente. O estudo identifica igualmente alguns dos parâmetros das políticas que parecem conduzir à eficiência e que dizem respeito à escolha do utilizador, autonomia de gestão e responsabilidade, tamanho da escola eficaz, e o evitar de vias antecipadas.

O capítulo sobre a educação superior apresenta estimativas da rentabilidade privada associada, que parece ser um dos vectores de investimento na educação superior. Na maioria dos países, a rentabilidade estimada é elevada se comparada com a de investimentos alternativos, mas existe igualmente uma variação substancial entre os países. A co-existência de rentabilidade elevada com, nalguns casos, taxas de conclusão de estudos relativamente baixas, pode indicar que eventuais estudantes são apoiados pelas condicionantes de liquidez e preocupações com o risco. De facto, o rendimento do estudante e a capacidade de recursos financeiros líquidos apresentam-se como outro principal determinante do investimento na educação superior. A flexibilidade e âmbito para a inovação das instituições de ensino são um terceiro factor importante. No entanto,

em adição a estes resultados, os parâmetros políticos na área da educação superior necessitam ter em conta igualmente as pressões sobre o financiamento público, a crescente mobilidade internacional dos licenciados, e o desejo de reduzir as ajudas que beneficiam principalmente a parte da população mais favorecida. Esta combinação de factores aponta para políticas que forneçam maior autonomia e responsabilidade às instituições individuais, um papel mais amplo para os estudantes no que respeita ao financiamento das suas propinas e medidas para facilitar as condicionantes de liquidez e reduzir o risco do investimento na educação superior.

Dois capítulos tratam do papel da abertura externa na orientação da actividade económica. O capítulo sobre a geografia económica revela que a distância continua a ser o principal determinante nos padrões comerciais internacionais. De facto, os países distantes dos centros de actividade económica comercializam menos que os que se situam mais próximos. Como resultado, os países distantes beneficiam menos das vantagens provenientes do comércio na forma de maior especialização, exploração de economias de escala e pressões concorrenciais. Os efeitos sobre o PIB são potencialmente elevados.

O capítulo analisa igualmente o papel dos recursos naturais e mostra que os países da OCDE ricos em recursos tendem a ter um PIB mais elevado. Esta conclusão contrasta com resultados que sugerem que as dotações de recursos podem ser uma corrida para os países em vias de desenvolvimento, possivelmente reflectindo que os países da OCDE possuem geralmente estruturas de governação mais fortes. O papel da distância e dotação de recursos precisa ser tido em conta quando se compara o desempenho económico em todos os países. Alguns são mais beneficiados que outros. No entanto, ter mais ou menos vantagens não deveria servir como desculpa para políticas inadequadas e, de facto, a análise não encontra provas de que as políticas prioritárias de *A caminho do Crescimento* sejam afectadas pela distância ou dotações de recursos.

O outro capítulo sobre a abertura, baseado na análise levada a cabo pela Direcção de Comércio e Agricultura da OCDE, explora o papel que a regulamentação de mercados internos possui no comércio de serviços. Sem surpresas, uma regulamentação restritiva parece dificultar o comércio nos serviços. Os fluxos de comércio de serviços entre dois países são igualmente reduzidos quando as suas respectivas estruturas regulamentares são muito heterogéneas. O estudo estima que, em média, o comércio de serviços quase dobraria se os países harmonizassem as regulamentações de acordo com a política menos restritiva existente na OCDE. Tal como no comércio de mercadorias, um maior comércio de serviços forneceria um impulso no PIB.

Nesta edição, a análise nos capítulos especiais contribui para a evolução das bases analíticas em identificar as prioridades políticas para edições futuras de *A caminho do Crescimento*. Por último, o aconselhamento político deve permanecer numa análise tão sólida e compreensiva quanto possível.

© OECD 2008

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE

www.oecd.org/bookshop/

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate.

rights@oecd.org

Fax: +33 (0)1 45 24 99 30

OECD Rights and Translation unit (PAC)

2 rue André-Pascal

75116 Paris

França

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/

